



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Ata do 1º Encontro Regional da CGJ – Biênio 2021-2022		Nº 0
Tema	Audiência Pública da 7ª Região, abrangendo as Comarcas de Luziânia, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cristalina, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Santo Antônio do Descoberto	
Data e hora	18/06/2021, 8 horas	
Local	Sala Virtual	
Secretários	Kenedy Augusto Batista Pereira e Vanessa Linhares Guimarães Lima	
Participantes da mesa diretora	<p>Audiência Interna com os Magistrados e Servidores Composição da mesa diretiva virtual: Desembargador Nicomedes Domingos Borges - Corregedor-Geral da Justiça Dr. Altair Guerra da Costa - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Presidente da Comissão Organizadora de Encontros Regionais Dra. Camila Nina Erbeta Nascimento - 1º Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Ricardo Silveira Dourado - 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas – Juiz Auxiliar da Presidência Dr. Reinaldo de Oliveira Dutra – Juiz Auxiliar da Presidência Dra. Sirlei Martins da Costa – Juíza Auxiliar da Presidência Dra. Jussara Cristina Oliveira Louza - Juíza Auxiliar da Presidência Helenita Neves de Oliveira e Silva – Secretária-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça Dra. Flávia Moraes Nagato de Araújo Almeida – Juíza de Direito e Diretora do Foro da Comarca de Luziânia-GO</p> <p>Audiência Pública Externa Composição da mesa diretiva virtual: Desembargador Nicomedes Domingos Borges - Corregedor-Geral da Justiça Dr. Altair Guerra da Costa - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Presidente da Comissão Organizadora de Encontros Regionais Dra. Camila Nina Erbeta Nascimento - 1º Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Ricardo Silveira Dourado - 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas – Juiz Auxiliar da Presidência Dra. Flávia Moraes Nagato de Araújo Almeida – Juíza de Direito e Diretora do Foro da Comarca de Luziânia-GO Dr. Jean Cléber Cassiano Zamperlini - Promotor e Coordenador das Promotorias de Justiça da Comarca de Luziânia</p>	



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>Dr. Luciano José Braz de Queiroz - Presidente OAB Rafael representando Antônio Costa do Nascimento - Presidente da Câmara de Luziânia Marcus, representando Diego Vaz Sorgatto - Prefeito de Luziânia Dr. Rafael Abraão - Delegado Regional de Luziânia Tiago Ribeiro Machado - Secretário de Educação de Luziânia Dr. Fabiano Medeiros Laignier de Souza - Delegado da 2ª DP de Luziânia Dr. Carlos André Ferreira Alfama - Delegado da GEPATRI de Luziânia Dr. Ronivaldo Loureiro Barros - Delegado GENARC de Luziânia Dr. Felliipe Guerrieri Barbosa - Delegado da GIH de Luziânia Dr. Cassius Zamó - Delegado 1ª DP de Luziânia Dr. Victor Avelino - Delegacia da Mulher – DEAM de Luziânia Coronel Bráulio Cansado Flores - Comandante Corpo de Bombeiros de Luziânia Paulo Silas Luiz de Lima - Coordenador UNIDESC Dr. Marcelo Nobis - Coordenador Curso de Direito UNIDESC Dra. Milene Teixeira da Silva - Coordenadora Curso Direito Faculdade Pitágoras Samuel Arthur Bernardes de Faria - Comandante do 10º Batalhão Polícia Militar</p>
Participantes da plateia	Lista de Presença em Anexo

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL

Quarta-Feira (16/06/2021):

Cursos:

- Painel Motivacional com a DRH/TJGO – Daniella e Patrícia na sala Zoom;
- PJD Cível Avançado : Maria de Fátima da Silva – Divisão de Gerenciamento do PJD;
- Mediação e Conciliação Judicial – Atuação Institucional dos CEJUSC's: Jackson de Sousa Santos;
- Capacitação Boas Práticas dos Conselhos de Comunidade;
- Curso do Proad: Hudson Cândido Rodrigues;
- Capacitação PJD Cível – Ferramentas e Estratégias para uma Gestão Eficiente;
- Atualização para Assessores de 1ºGrau;



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- Reunião com os Servidores que atuam como gestores administrativos do Programa Pai Presente nas Comarcas do Interior.

Quinta-Feira (17/06/2021):

Cursos:

- PJD Criminal Inicial: Maria de Fátima da Silva – Divisão de Gerenciamento do PJD;
- Gestão das Serventias Utilizando o Sistema Controle: Felipe Aires Gonçalves Vieira – Assessoria Correicional CGJ;
- Curso do Extrajudicial para a atividade Judicial: Suzana Estevam de Almeida;

Palestras:

- “Painel Jurídico com Juiz Auxiliar da CGJG;
- Capacitação do Extrajudicial com os palestrantes Igor França Guedes e Naurican Ludovico Lacerda.

Reuniões:

- Reunião do Extrajudicial com todas as serventias da 7º Região, presidida pelo Dr. Ricardo Silveira Dourado, 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça.

Sexta-Feira (18/06/2021):

Reuniões:

- Reunião Interna com os Magistrados e Servidores, no turno matutino, presidida pelo Desembargador Nicomedes Domingos Borges, Corregedor-Geral da Justiça;
- Audiência Pública aberta a Sociedade no turno vespertino, presidida pelo Dr. Altair Guerra da Costa, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO INTERNA

1. Após os cumprimentos oficiais, Dr. Altair Guerra da Costa - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, iniciou a reunião informando que o momento é ouvir as críticas construtivas com intuito de melhorar a prestação jurisdicional, franqueada a palavra à plateia.
2. A diretora da Diretoria de Planejamento e Inovação, Mislene Medrado da Silva, sob as diretrizes do Presidente desembargador Carlos Alberto França, em trabalhar sempre de maneira colaborativa com magistrados e servidores explanou sobre o processo das diretrizes da Gestão Participativa, estabelecidas na Resolução CNJ nº 221/2016, como forma de tornar



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

colaborativa a elaboração das Metas Nacionais, que representam o compromisso dos tribunais com o aprimoramento do seu desempenho, com o objetivo de entregar à sociedade um trabalho jurisdicional mais célere e efetivo. Explicitou que para o ano de 2022, a proposta para a Justiça Estadual contempla a renovação das Metas Nacionais 3, 5, 8; revisão das Metas 4, 9, 12; Metas novas (temáticas): Infância e Juventude e Transformação digital do Judiciário. As Metas Nacionais 1 e 2 são de monitoramento contínuo no atual ciclo da Estratégia Nacional, a PIME da Justiça Estadual não contempla a renovação da Meta Nacional 6. Ao final, disponibilizou o *e-mail* da Diretoria de Planejamento e Inovação do TJGO para o encaminhamento de sugestões.

3. Fabrício Duarte, Presidente do Sindjustiça, mencionou sobre a preocupação do Poder Judiciário com relação à sua autonomia frente ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) que tramita na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), com ênfase nas providências da atual administração para garantir tranquilidade aos Servidores e Magistrados que tanto já sofrem com as altas demandas, a defasagem de Servidores e Magistrados, e, agora, com a pandemia e este trâmite da RRF, ainda mais ansiosos. Interpelou, ainda, sobre a utilização mais frequente do Provimento nº 50/2021, visando que os conflitos sejam resolvidos de forma mais célere e sem a instauração de procedimento, e se colocou à disposição para participar das conciliações envolvendo servidores. Questionou sobre o funcionamento do plantão, visto que ainda pairam muitas dúvidas. Dr. Altair esclareceu que nos casos envolvendo a competência da Corregedoria, o Provimento nº 50/2021 está sendo aplicado nos conflitos administrativos de pequena lesividade, e que acredita na aplicação pelas Diretorias do Foro, na medida que o Provimento se direciona a todo o Judiciário, inclusive ao 1º Grau. Na sequência, Dra. Sirlei respondeu que está trabalhando em uma sugestão ao Presidente de Ofício Circular, que será encaminhada ao Presidente, a fim de esclarecer as dúvidas sobre o plantão, e que acompanharão as primeiras semanas de implantação da nova sistemática para realizar as adequações necessárias.
4. Moisés Bento da Silva, Representante do Sindojusgo, conferenciou que seria necessário discutir dois Provimentos da Corregedoria -Geral da Justiça, isto é, o Provimento nº 44/2020 e o Provimento nº 51/2021, disponibilizando a inclusão digital aos oficiais de justiça para garantir maior efetividade, visto que a categoria está trabalhando sobre pressão. Na sequência, foi respondido pelo Dr. Altair que já existe PROAD em trâmite na Corregedoria para discutir o Provimento 44/2020, e que esta Casa Censora é bastante sensível na discussão das matérias, sendo expedido o Ofício Circular nº 231/2021. Dr. Aldo Sabino asseverou que os provimentos representam um momento em que foi editado, assim é importante a constância em seus estudos. Pontuou ainda que está à frente da Central Eletrônica de Mandados / concessão de acessos aos oficiais de justiça, acompanhando de perto o projeto, que consiste em um dos pontos prioritários na sua pasta.



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

5. Maria Ednalma, gestora da UPJ de Família de Luziânia, sindicou que a Comarca de Luziânia tem o número colossal de 31.296 processos para 6 varas e 9 juizados, contando com apenas 33 servidores, 3 escrivães e 30 escreventes, isto é, tirando os que estão em gabinete e afastados por licença médica, somam-se quase 1.200 processos por servidor ou uma média de 1.647 processos por escrevente. Contendeu que de acordo com um estudo do Juiz aposentado Dr. Márcio Molinari, realizado pela FGV, a pedido da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, estipulou-se como média ideal uma quantidade de 500 processos por escrevente. Desta forma, as ponderações acima citadas afetam o resultado, como já esperado, especialmente apontam para o descumprimento da Resolução nº 219/2006 do CNJ, que visa a equalizar a força de trabalho entre o 1º e 2º Grau. Outro questionamento é sobre a UPJ, porquanto a portaria que a “nomeou” como gestora master, não passou pela Presidência, isto é, não houve a nomeação através de decreto. Dr. Aldo Sabino reportou que existe o NAJ, projeto idealizado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, com a contratação de 300 funcionários terceirizados para auxiliar as escriturarias, sendo que 100 ficarão na Comarca de Goiânia, em uma central, e 200 serão direcionados para atender as Comarcas do interior. Na sequência, Divino Pinheiro Lemos, Diretor Judiciário, explicitou que, inicialmente, o projeto do NAJ será composto por 85 servidores terceirizados, que prestarão auxílio no Primeiro Grau e serão divididos em quatro grupos, que poderão atender 04 Comarcas por vez. Remontou ainda que a utilização de *scripts* (automação) agiliza a produção de atos, e que a Diretoria Judiciária está à disposição para auxiliar, visto que teve a competência estendida a todo o Estado. Por fim, o Dr. Aldo Sabino informou que há um grande lote de câmeras a ser contemplado pelo Tribunal, e que já está em fase de definição do quantitativo, e sobre o aumento da quantidade de licenças do *zoom*, argumentou que por tratar-se de despesa de custeio (gasto mensal), foi necessária a realização de contingenciamento; contudo pontuou a existência de outras plataformas, sem a limitação de 40 minutos, que podem ser utilizadas. O Diretor de Informática, Anderson Yagi, acrescentou que todos os magistrados receberão kit com webcam e 1 caixa de som.

DELIBERAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. Após os cumprimentos oficiais, Dr. Altair Guerra da Costa - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, representando o Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Nicomedes Domingos Borges, abriu os trabalhos, informando que o momento é para ouvir todos os presentes, e que é preciso avançarmos para que o aperfeiçoamento traga uma prestação jurisdicional rápida aos destinatários dos serviços públicos.
2. Dr. Carlos André Ferreira Alfama, Delegado de Polícia Civil, solicitou esclarecimentos em relação a possibilidade de concessão de acesso para as



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

autoridades policiais ao sistema BNMP 2.0, especialmente para a consulta de mandados, uma vez que já enviou e-mail ao CNJ e lhe foi informado que a responsabilidade seria da Corregedoria da localidade onde a autoridade policial atua. Kenedy Augusto, Assessor do SAU, pontuou que o BNMP é um sistema do CNJ e a CGJ apenas é gestora do sistema para os servidores do Judiciário. A Dra. Camila se prontificou a verificar a questão, encaminhando resposta ao Dr. Carlos, e caso tenha necessidade, será instaurado um PROAD.

3. Dra. Célia Regina Lara – argumentou sobre a necessidade de fortalecimento das redes de proteção infantojuvenil, na medida que muitas crianças e adolescentes encontram-se em situação de risco, trabalho infantil ou abuso, motivo pelo qual solicitou o empenho de todos para mudar a questão no entorno de Brasília, em atendimento ao princípio de proteção integral a infância e juventude. Em seguida, o Dr. Altair ponderou que conhece as dificuldades enfrentadas nessa área e endossou o pedido para que todas as autoridades se sensibilizem, haja vista que é um tema que merece muita atenção. O Tenente Coronel Braulio França, comandante da unidade de bombeiros de Luziânia, aduziu que o corpo de bombeiros tem programas sociais voltados para a infância e juventude e se coloca à disposição.
4. Dr. Marcelo Nobis, advogado e coordenador do curso de direito da UNIDESC, manifestou que, em março de 2020, houve o rompimento do contrato de utilização do espaço físico pelo núcleo de prática jurídica no Fórum de Luziânia, em virtude do alto custo operacional demandado pela Presidência, consistente no valor de 10.000,00 (dez mil reais) cobrado a título de aluguel, fato que tem dificultado o auxílio do núcleo à sociedade. Argumentou que todos os Juízes da Comarca solicitaram ao Tribunal de Justiça a renovação do convênio, com a redução do valor do aluguel ou a cessão do espaço sem ônus, por meio do PROAD 201808000123429, o que foi negado e o procedimento arquivado. Na sequência, Dr. Aldo informou que fosse realizado um pedido de reconsideração no PROAD, ou que fosse protocolado um novo procedimento, referenciando o antigo, para que a questão seja reavaliada.
5. Dr. Luciano José Braz de Queiroz, Presidente da subseção da OAB, pontuou a evolução com as audiências virtuais, processo eletrônico e a possibilidade de despachar com os Juízes de forma virtual, ressaltando que os advogados conseguem exercer dignamente seu papel na região. O Dr. Altair salientou a indispensável contribuição dos advogados na nova sistemática de plantão regional, que terá início na próxima segunda-feira, às 19h, para aceitação do patrocínio de defesa dos autuados, a fim de que o Judiciário possa cumprir a previsão legal acerca dos autos de prisão em flagrante e audiências de custódia, sugerindo a realização de uma escala por parte da OAB. Pediu, ainda, a colaboração das autoridades policiais com a completa e correta identificação das partes envolvidas, inclusive, com os dados para contato, no momento de cadastramento no sistema PROJUDI e no próprio auto de



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- prisão em flagrante.
6. Dra. Itala Shmidt, Juíza de Direito, agradeceu a prefeitura de Luziânia, advogados, Polícia Civil, Polícia Militar e Ministério Público por todo o apoio prestado à violência doméstica.
 7. Dra. Roberta Wolpp informou que o Fórum da Comarca de Cidade Ocidental está interditado, em razão do risco das estruturas, motivo pelo qual todo o atendimento está sendo prestado de forma 100% virtual, e expressou seu desejo de que a situação seja resolvida da forma mais rápida possível.
 8. Dr. Jean Cleber Zamperlini, Coordenador das Promotorias de Justiça da Comarca de Luziânia, comunicou que a 2ª Vara Criminal (crimes em geral e precatórias criminais), em razão de sua competência residual, possui um acúmulo considerável de demandas, com processos de réus soltos demorando sobremaneira para serem julgados e com pauta de audiências extensa. Na sequência, o Dr. Altair concitou os magistrados locais a buscarem soluções internas, utilizando-se dos recursos humanos – servidores e magistrados – da própria comarca, para a construção de uma força-tarefa local, visando ao equacionamento da situação. A Dra. Flávia Nagato informou que os magistrados da Comarca prestarão auxílio a essa unidade judiciária, se comprometendo a indicar, para inclusão nesta ata ou por meio de PROAD autônomo, os nomes dos Juízes/Juízas que prestarão o auxílio.
 9. Audiência encerrada às 16h28m.

ASSINATURAS

Desembargador Nicomedes Domingos Borges
Corregedor-Geral da Justiça

Dr. Altair Guerra da Costa
3º Juiz Auxiliar da Corregedoria

Clécio Silva Marquez
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Kenedy Augusto Batista Pereira
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Vanessa Linhares Guimarães Lima
Assessora do 3º Juiz Auxiliar da CGJ

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 426944038663 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202106000281707

NICOMEDES DOMINGOS BORGES
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA
Assinatura CONFIRMADA em 30/06/2021 às 16:52

ALTAIR GUERRA DA COSTA
MAGISTRADO
GABINETE DO JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA 3
Assinatura CONFIRMADA em 30/06/2021 às 18:06

CLECIO SILVA MARQUEZ
DIRETOR(A) DE ÁREA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAS DA CGJ
Assinatura CONFIRMADA em 01/07/2021 às 15:18

KENEDY AUGUSTO BATISTA PEREIRA
ESCREVENTE JUDICIÁRIO II
SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DA CGJ
Assinatura CONFIRMADA em 30/06/2021 às 18:22

VANESSA LINHARES GUIMARAES LIMA
ASSISTENTE JUDICIÁRIO II
GABINETE DO JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA 3
Assinatura CONFIRMADA em 30/06/2021 às 16:20

